



## Defensoria Pública vai a Mariana prestar atendimento a desabrigados



A Defensoria Pública iniciou, no dia 10 de novembro (terça-feira), uma força-tarefa em Mariana em virtude da tragédia pelo rompimento das barragens. Vários defensores públicos, coordenados pela Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), se revezam no atendimento da população atingida.

Na quinta-feira (12) a defensora-geral, Christiane Neves Procópio Malard esteve no município, quando manteve contato com representantes do poder Judiciário e Ministério Público para conversar sobre a importância da atuação conjunta e harmônica do sistema de Justiça em prol das vítimas.

*Continua nas páginas 3 a 9 >>*

## MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



*Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,*

Diversos temas e acontecimentos relevantes estão registrados nesta edição do Boletim, entre eles, a atuação da DPMG em relação à tragédia ocorrida na comarca de Mariana. Estive no local, na data de hoje, e pude verificar pessoalmente o grande número de pessoas profundamente afetadas pelo grave problema. Desde o rompimento das barragens, tenho mantido contato com o Município de Mariana e representantes da presidência da Samarco, com o objetivo de posicionar a DPMG como negociadora em prol de soluções que minimizem os danos sofridos pelos moradores. Com o apoio da Defensoria-Geral, da Adep e da Assessoria Militar da Defensoria Pública, foi organizada uma força-tarefa coordenada pela Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, que está atuando no local, com o propósito de fornecer às vítimas orientação jurídica, bem como coletar elementos para implementação do plano de compensação dos danos sofridos.

No âmbito institucional, aponto a eleição de membros do nosso Conselho Superior. Dou as boas-vindas aos novos conselheiros e parablenizo os membros da Comissão Eleitoral pela lisura do processo, que ocorreu de forma democrática, contando com debate entre os candidatos, o que contribuiu ainda mais para a transparência do processo eleitoral.

Outro ponto de destaque, foi a realização e a participação da DPMG no XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos, na cidade de Curitiba. Evento notável, não apenas pelo alto nível da

programação científica e, registro aqui a apresentação de tese e a participação em painel de defensores públicos mineiros; como também pela valiosa oportunidade de união entre as Defensorias Públicas de todo o Brasil, na luta em prol de nosso fortalecimento e autonomia institucionais. Nesse sentido, ressalto ainda a decisão unânime do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que reafirmou a legitimidade da Defensoria Pública para a propositura da ação civil pública. Acompanhem também nesta edição, as deliberações da XI reunião ordinária do Condege, da qual participei, em Curitiba.

Em mais uma etapa de estruturação da nossa Instituição, visando ao projeto de expansão para novas comarcas, à adequação ao PJe e ao ingresso dos novos defensores públicos, assinamos novo contrato com a MGS nas áreas de serviços gerais e apoio administrativo. A intenção é oferecer maior suporte ao trabalho do defensor público, otimizando a prestação dos serviços e garantindo o acesso à justiça ao cidadão carente de forma mais célere, humanizada e com qualidade. Para tanto, a Defensoria Pública promoveu curso de capacitação para os novos servidores. Ainda sobre aprimoramento, por meio do Programa Atitude Legal do Tribunal de Justiça, nossos servidores receberam o curso “Excelência no atendimento”.

E, por falar em servidores, confira nesta edição como foi a comemoração da DPMG para homenagear aqueles que, diariamente, empregam seus esforços, conhecimentos técnicos e experiências profissionais à nobre missão de servir à sociedade, ajudando a tornar a justiça acessível a todos os hipossuficientes economicamente de Minas Gerais. A vocês, servidores, em nome da Defensoria Pública, recebam os parabéns pelo dia e o agradecimento pelo comprometimento e empenho dedicados à nossa Instituição.

Acompanhem ainda as visitas recebidas, as participações da DPMG em eventos, seminários, audiências públicas e conferências e nas atividades da ALMG, como discussão do PPAG 2016-2019.

*Boa leitura a todos!*

**Christiane Neves Procópio Malard**  
Defensora pública-geral

Continuação da capa | TRAGÉDIA EM MARIANA

**Defensoria Pública vai a Mariana prestar atendimento a desabrigados**

## Reunião no Fórum



A partir da esquerda: promotor de Justiça, Guilherme de Sá Meneghin, da Promotoria de Direitos Humanos de Mariana; juiz diretor do Foro da comarca de Mariana, Frederico Esteves Duarte Gonçalves; promotora de Justiça, Nívea Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH); defensores públicos, Priscila Brito de Melo, Bruno Freire, Camila Prado Pena, Vladimir Rodrigues; e DPG, Christiane Malard.

À partir da esquerda: defensor público, Vladimir Rodrigues; defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard; defensor público Daniel Dantas; promotor de Justiça, Paulo César Vicente de Lima, coordenador da Cimos – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais; promotor de Justiça, Guilherme de Sá Meneghin, da Promotoria de Direitos Humanos de Mariana; e juiz diretor do Foro da comarca de Mariana, Frederico Esteves Duarte Gonçalves.



DPG, Christiane Malard, e o promotor, Guilherme de Sá Meneghin, acompanhados por defensores públicos e advogada.

## Interlocução com o prefeito



A defensora-geral, Christiane Malard, acompanhada do assessor militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto, encontrou-se com o prefeito de Mariana, Duarte Júnior, durante entrevista na Rede Minas, em Belo Horizonte. Em sua conversa com a DPG, Duarte Júnior manifestou a importância da instalação da força-tarefa da Defensoria Pública na cidade, em apoio à população.

Continuação da capa | TRAGÉDIA EM MARIANA

### Defensoria Pública vai a Mariana prestar atendimento a desabrigados

Depois da reunião com os representantes do poder Judiciário e MP, Christiane Malard, acompanhou os trabalhos da equipe de defensores públicos em um dos hotéis onde os desabrigados estão hospedados. No local, conversou com várias famílias, orientando sobre a missão constitucional da Defensoria Pública, bem como sobre a importância da contribuição dos mesmos para elaboração de um cadastro completo. Este cadastro permitirá uma avaliação concreta sobre os danos a serem compensados.

“É muito importante que a Defensoria Pública e as demais instituições do sistema de Justiça e os poderes estejam próximos da população neste momento de fragilidade. Percebi o quanto as vítimas estão vulneráveis e desorganizadas, sendo fundamental o apoio e o acolhimento humanizado à população pelos defensores públicos. A expertise dos defensores públicos que atuam na área de Direitos Humanos, bem como a capacitação

de todos os membros da DPMG, adaptados a lidar com situações de crises e mediar as mais diversas vulnerabilidades, os habilitam, em um curto espaço de tempo, a compreender as principais necessidades, de modo a construir uma proposta factível para a compensação dos danos sofridos”, relatou a defensora-geral.





## TRAGÉDIA EM MARIANA

# Defensoria Pública visita Mariana e faz análise preliminar dos danos causados às vítimas

A chefe de gabinete interina, Luciana Leão Lara, juntamente com a coordenadora da Região Metropolitana, Cibele Cristina Maffia Lopes, estiveram, no dia 07.11.2015 (sábado), no Município de Mariana representando a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, com o propósito de constatarem, *in loco*, os danos ocasionados às vítimas do desastre ocorrido no dia 05, em virtude do rompimento de barragens da Mineradora Samarco.

As defensoras públicas mantiveram contato inicial com os responsáveis pelo gabinete de crise, instalado no Município, para acompanhar os trabalhos e a tomada de providências relacionados ao caso. Estiveram também com o prefeito de Mariana, Duarte Júnior, além do promotor de Justiça, Guilherme Meneghin, da Promotoria de Direitos Humanos da Comarca.

De acordo com a chefe de gabinete interina, desde a noite da quinta-feira, dia do acidente, a defensora pública-geral vem mantendo contato com o prefeito e os responsáveis pelo gabinete de crise, no intuito de obter informações oficiais acerca do acidente e de possibilitar a criação de uma força-tarefa por parte dos membros da Defensoria Pública do Estado.

Foi constatado que cerca de 600 pessoas já estavam hospedadas em aproximadamente 15 hotéis da cidade, com alimentação completa, às expensas da

Samarco. Outras vítimas estavam em casa de familiares, sendo que, naquela ocasião, não havia mais pessoas instaladas no ginásio poliesportivo do município.

“O importante, neste momento inicial, é realizarmos um cadastro próprio e independente das famílias envolvidas, a fim de traçarmos as diretrizes de nossa atuação institucional, com base neste diagnóstico preliminar”, avaliou a defensora pública, Luciana Lara. “Percebemos, durante esta visita *in loco*, a necessidade de as vítimas se organizarem formalmente e de ser criado um canal direto de interlocução entre estas, os representantes da empresa e o poder público.”



Doações de várias partes do Estado e do país estão sendo entregues no ginásio Arena Mariana





Continuação da página 45 | TRAGÉDIA EM MARIANA

## Nota da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – Atuação na Comarca de Mariana/MG

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, expressão e instrumento do regime democrático, com a missão constitucional de prestar orientação jurídica, promover os direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, diante da tragédia ocorrida na Comarca de Mariana informa o que se segue.

Desde a ocorrência do rompimento das barragens na cidade de Mariana, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais prontificou-se a somar esforços às equipes que iniciaram o apoio às famílias atingidas.

Ainda no sábado, dia 07 de novembro, uma equipe de Defensores Públicos compareceu na Comarca de Mariana, tendo contato direto com o Poder Público Municipal e com famílias atingidas, de modo a permitir a elaboração de um plano de atuação institucional.

Feito o levantamento inicial, a Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais em Belo Horizonte, que possui atribuição estadual, prontamente assumiu as ações ligadas à sua atividade, com o apoio da Defen-

ria-Geral, aproveitando a experiência exitosa da Instituição em várias outras demandas coletivas e situações de crise, inclusive em outros Estados.

Com o propósito de fornecer às vítimas da tragédia orientação, assistência jurídica integral e gratuita, bem como coletar elementos para implementação do plano de compensação dos danos sofridos, foi estabelecida uma força tarefa composta por Defensores Públicos da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, bem como de outras áreas de forma emergencial, que se deslocou para Mariana nesta data, com o propósito de atuação em duas frentes: auxílio, apoio e orientação à população e interlocução com o Poder Público e Empresa envolvida.

Assim sendo, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em cumprimento à sua missão constitucional, somando esforços com as equipes já instaladas na cidade de Mariana e se solidarizando com cada família, trabalhará para proteção dos direitos humanos e na defesa dos direitos lesados, em proteção aos necessitados e todos aqueles em situação de vulnerabilidade.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2015.

*Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais*

## DPMG organiza força-tarefa para atendimento às vítimas

*Instituição atuará em duas frentes: auxílio, apoio e orientação à população e interlocução com o Poder Público e empresa envolvida*

Uma força-tarefa da Defensoria Pública de Minas Gerais está em Mariana, na região Central do Estado, com o objetivo de identificar o número de pessoas atingidas pelo rompimento das barragens da mineradora Samarco e tentar buscar uma solução extrajudicial, para garantir os direitos básicos das pessoas afetadas.

A Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais em Belo Horizonte, que possui atribuição estadual, assumiu a coordenação das atividades da força-tarefa, com o apoio da Defensoria-Geral, da Adep-MG e da Assessoria Militar da

Defensoria Pública, aproveitando a experiência exitosa da Instituição em várias outras demandas coletivas e situações de crise.

Com o propósito de fornecer às vítimas da tragédia orientação jurídica, bem como coletar elementos para implementação do plano de compensação dos danos sofridos, a força tarefa congrega Defensores Públicos da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, bem como de outras áreas de forma emergencial.

*continua >>*



Continuação da página 6 | TRAGÉDIA EM MARIANA

### **DPMG organiza força-tarefa para atendimento às vítimas do acidente em Mariana**

No dia 10.11.2015, cinco defensores públicos estaduais estiveram em Mariana trabalhando, inicialmente, na produção de um cadastro atualizado das famílias atingidas, colhendo dados e fornecendo informações e orientações, para, posteriormente, ser organizado um atendimento da Instituição no local, o mais amplo possível, visando a traçar um plano de negociação para compensação dos danos sofridos.

A Defensoria Pública ficará na cidade até o final da semana, podendo estender o prazo. A Instituição tem prestado assistência desde o dia 05.11, data do acidente e, partir da qual, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, tem mantido con-

tato com o prefeito de Mariana e o gabinete de crise instalado no Município. No sábado, dia 07, a chefe de gabinete interina, Luciana Leão Lara, e coordenadora da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Cibele Maffia Lopes, estiveram no local fazendo um diagnóstico preliminar.

Desde o início da manhã do dia 10, a defensora-geral, Christiane Malard, vem mantendo contato também com representantes da presidência da Samarco, de modo a garantir a presença da Defensoria Pública de Minas Gerais nas reuniões e negociações entre a mineradora e as vítimas do acidente.

Foto: Valquiria Lopes/EM/D.A PRESS



Os defensores públicos Júnia Romam, Eduardo Generoso (presidente da Adep-MG), Daniel Dantas, Luciana Leão Lara (chefe de gabinete interina da DPMG) e Aylton Magalhães entrevistaram os moradores atingidos pelo rompimento da barragem, percorrendo os hotéis em Mariana, onde as vítimas estão hospedadas



## **Atuação da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais em Mariana**

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, está em Mariana desde o dia 10 de novembro, ouvindo os moradores das comunidades atingidas pelo rompimento das barragens de rejeitos de mineração. A força-tarefa instituída pela Defensoria Pública-Geral conta com a participação de defensores públicos voluntários, da Associação de Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG) e da assessoria militar da Defensoria-Geral.

A coordenadora da DPDH, Cleide Aparecida Nepomuceno e o defensor público, Aylton Rodrigues Magalhães, também em atuação na Especializada, explicam que “foram entrevistadas quase todas as famílias

que estão hospedadas em hotéis na cidade de Mariana, de modo a traçar um diagnóstico da situação de vulnerabilidade social e econômica das mesmas e averiguar quais são as expectativas delas em relação ao ressarcimento dos danos e reassentamento”.

Segundo os defensores públicos, foi detectado que as comunidades possuíam vínculos sociais entre elas e que desejam que a mesma seja reconstruída em outro local seguro. A Defensoria Pública está elaborando uma Recomendação para que a Samarco garanta o direito de reassentamento das comunidades, respeitando a vontade da quase totalidade das famílias de restabelecimento dos vínculos sociais e comunitários e das relações de vizinhança.



## Defensoria Pública em Governador Valadares inicia força-tarefa para monitorar a crise hídrica na cidade

*O município, localizado na região do Vale do Rio Doce, também sofre com as consequências do desastre, uma vez que o manancial que abastece a cidade, uma das maiores do estado, enfrenta a onda de lama que desceu das barragens da mineradora Samarco, em Mariana.*

A Defensoria Pública em Governador Valadares iniciou força-tarefa para acompanhar os desdobramentos da crise hídrica, desencadeada pelo rompimento de duas barragens em Bento Gonçalves, distrito de Mariana, na região Central do Estado. A ação da Defensoria Pública dá continuidade à força-tarefa que acontece em Mariana desde o dia 05 de novembro.

Na quinta-feira (12), os defensores públicos, divididos em duas equipes, visitaram as comunidades da Carapina e São Tenório para ouvir os moradores locais. De acordo com o coordenador da regional Vale do Rio Doce e da Defensoria Pública local, Calânico Rios Sobrinho, inicialmente a Instituição está fazendo o monitoramento das comunidades para evitar que haja distorções na distribuição de água. “Além disso, estamos oficiando as demais autoridades locais para

colocarmos à disposição e também para indicar que a Defensoria Pública está atenta aos interesses da comunidade, principalmente das regiões mais carentes”, completou.

Calânico Sobrinho disse, ainda, que foi encaminhado ofício ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) da cidade no qual requereu esclarecimentos a respeito dos procedimentos que serão adotados para a distribuição de água na cidade, principalmente, nas comunidades mais carentes.

**A Defensoria Pública em Governador Valadares funciona na Av. Bárbara Heliodora, nº 184, Bairro Centro. O contato pode ser feito, também, pelo telefone (33) 3271-3810 e em caso de urgência pelo número (31) 98309-6378.**



Defensores públicos conversaram com moradores das comunidades da Carapina e São Tenório



## DPMG na mídia

### Atuação em Mariana é tema de diversas de reportagens

A atuação da Defensoria Pública de Minas Gerais em defesa das pessoas atingidas pelo rompimento das barragens da mineradora Samarco, em Mariana, foi tema de diversas reportagens veiculadas pela mídia.

*Clique nos links para ver.*

[Jornal Nacional](#)

[Jornal O Tempo](#)

[Jornal Hoje](#)

[Jornal Hoje em Dia](#)

[Band News](#)

[Jornal Estado de Minas](#)

[MG TV 1ª edição](#)



[CBN \(1\)](#)

[CBN \(2\)](#)

[CBN \(3\)](#)

[CBN \(4\)](#)

[Rádio Itatiaia \(1\)](#)

[Rádio Itatiaia \(2\)](#)

[Anadep \(1\)](#)

[Anadep \(2\)](#)

## ELEIÇÕES CONSELHO SUPERIOR – BIÊNIO 2015-2017



No 11.12.2015, defensores públicos compareceram no auditório da Unidade I para votar



### ATO DA COMISSÃO ELEITORAL PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DA DPMG:

#### AVISO Nº7

A Comissão Eleitoral para a Composição do Conselho Superior 2.015/2.017 informa aos Defensores Públicos o resultado da eleição realizada no dia 11 de novembro de 2015:

1º - GALENO GOMES SIQUEIRA, MADEP: 0246, com 275 votos; 2º - THIAGO DUTRA VAZ DE SOUZA, MADEP:706, com 275 votos; 3º - FERNANDO CAMPELO MARTELLETO, MADEP: 0503, com 246 votos; 4º - ERIKA ALMEIDA GOMES, MADEP: 0729, com 245 votos; 5º - FERNANDO ORLAN PIRES RESENDE, MADEP: 0151, com 238 votos; 6º - MARCO TULIO FRUTUOSO XAVIER, MADEP: 0733, com 233 votos; 7º - JUNIA ROMAN CARVALHO, MADEP: 0235, com 188 votos; 8º - CLAUDIO FABIANO PIMENTA, MADEP: 0723, com 171 votos; 9º - JULIANA DE CARVALHO BASTONE, MA-

DEP: 0456, com 167 votos; 10º - GLAUCO DAVID DE OLIVEIRA SOUSA, MADEP:0265, com 155 votos; 11º - LAURELLE CARVALHO DE ARAUJO, MADEP: 0622, com 153 votos; 12º - GUILHERME TINTI DE PAIVA, MADEP: 0661, com 151 votos; 13º - LUIZ ANTONIO BARROSO RODRIGUES, MADEP:0076, com 145 votos.

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2015.

Dhebora Maria Condé Ubaldo  
Presidente da Comissão Eleitoral  
MADEP 0237

Ana Paula Machado Nunes  
Secretário da Comissão Eleitoral  
MADEP 0113



## Defensora pública-geral participa da abertura do XII Conadep

A defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio, representou a Instituição na cerimônia de abertura do XII Congresso Nacional dos Defensores Públicos (Conadep) realizada no dia 04.11.2015. Organizado pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e pela Associação dos Defensores Públicos do Paraná (Adepar), o evento terminou no sábado, dia 7 de novembro, em Curitiba. “Defensoria como Metagarantia: transformando promessas constitucionais em efetividade” foi o tema deste ano.

A solenidade de abertura foi marcada por diversos discursos de união e que visaram ao fortalecimento da Defensoria Pública, ao avanço do acesso à justiça no cenário nacional e ao trabalho do defensor público voltado à camada mais vulnerável da sociedade. A defesa plena da autonomia da Defensoria Pública foi a pauta mais defendida no encontro.

Em seu discurso, o presidente da Anadep, Joaquim

Neto, fez um balanço dos setes meses de trabalho da nova gestão, a formalização de novas parcerias e também da oferta de cursos pela Escola Nacional dos Defensores Públicos (Enadep). Ele mencionou o trabalho semanal da Associação Nacional perante os Três Poderes e destacou a atuação das comissões temáticas no Congresso Nacional.

A defensora-geral, Christiane Malard, destacou a importância do Congresso em razão da programação científica e da valiosa oportunidade de união entre as Defensorias Públicas de todo o Brasil, na luta em prol de nosso fortalecimento e autonomia institucionais.

Acompanharam a defensora-geral, na cerimônia de abertura, o assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis, e as coordenadoras de Capacitação, Hellen Caires Teixeira Brandão, e de Atendimento da Capital, Eden Mattar. Diversos defensores públicos de Minas Gerais participam do Congresso.





Mais de 500 pessoas participaram da solenidade de abertura



Defensora-geral de Minas Gerais, Christiane Malard (6ª posição, à direita), acompanhada pelo presidente da Anadep, Joaquim Neto; pelo defensor público-geral federal, Haman Tabosa; e pelos defensores-gerais, Luiz Carlos de Aguiar Portela (Pará), Cleomar Rizzo Esselin Filho (Goiás), Jeanne Karenina Santiago Bezerra (Rio Grande do Norte), Andréa Maria Alves Coelho (Ceará), Ricardo Batista Sousa (DF), Francisca Hildeth Leal Evangelista Nunes (Piauí), Mariana Albano de Almeida (Maranhão), Djalma Sabo Mendes Júnior (Mato Grosso) e Sérgio Roberto Parigot de Souza (Paraná)



DPG e alguns dos defensores mineiros presentes no Congresso



Comitiva de defensores mineiros

>> [Clique aqui para ver as fotos.](#)





XII CONADEP

## Defensoras públicas mineiras apresentam tese durante o congresso nacional da classe

Apresentações do Concurso de Teses abriram a programação do dia 05.11.2015, do XII Congresso Nacional de Defensores Públicos. A chefe de gabinete interina da DPMG, Luciana Leão Lara, e a coordenadora da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Cleide Aparecida Nepomuceno, apresentaram a tese: “A Defensoria Pública como instituição garantidora do direito fundamental à justa e prévia indenização nas ações desapropriatórias – necessidade de revisão da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal”.

O artigo sustenta a tese de que a alegação de urgência e o depósito judicial prévio, dispostos no artigo 15 do Decreto Lei nº 3.365/41, para fins de concessão da imissão provisória na posse do bem ao ente público expropriante, demandam a necessidade de revisão da jurisprudência do STF.

Durante a apresentação, as defensoras públicas defenderam o entendimento de que o levantamento, pelo expropriado, de apenas parte do valor depositado judicialmente, assim como a diferença apurada entre os laudos provisório e definitivo, mediante pagamento via precatório, violam o direito fundamental à justa e prévia indenização, tipificado no artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição da República.

As defensoras interpretaram alguns dispositivos do Decreto Lei nº 3.365/41, à luz da Constituição Fede-

ral, sobretudo em se tratando de imóveis urbanos para fins de moradia, abrangidos pela Lei nº 8.009/90, que garante a impenhorabilidade do bem de família. Para as defensoras públicas, Luciana Leão Lara e Cleide Aparecida Nepomuceno, “embora o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular constitua um dos fundamentos do instituto da desapropriação, é necessária a ponderação de interesses no caso concreto, além do devido controle judicial de cada ato inerente ao procedimento desapropriatório, a fim de evitar eventuais desvios de finalidade ou abuso de poder por parte do ente público expropriante”.



**Chefe de gabinete interina da DPMG, Luciana Leão Lara**

## Defensor de Minas Gerais debate novo CPC no Congresso em Curitiba

Ainda no dia 05.11.2015, o defensor público de Minas Gerais, Renato Faloni, participou do painel “Novo Código de Processo Civil”. O desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná e especialista em direito processual civil, Roberto Bacellar, também participou do debate, que teve como objetivo discutir as modificações e as tendências após o novo CPC.

Roberto Bacellar levou aos defensores públicos o trabalho exercido por ele na área da mediação e conciliação. Por meio de alguns exemplos, o magistrado questionou sobre o atendimento às pessoas que hoje procuram o acesso à justiça.

Segundo o desembargador, os defensores públicos são fundamentais na resolução dos conflitos.

“Temos que promover uma reflexão inicial sobre o direito do cidadão. Talvez tenhamos que pensar na melhor solução para ele, porém é mais que isso, temos que devolver o poder às pessoas na sua habilidade de resolver os seus próprios conflitos. E para mim, como magistrado, tudo interessa. Não apenas o que está nos autos do processo. Estamos trabalhando com e para pessoas. Para julgar, precisamos de premissas inafastáveis. Temos que ter uma visão de transmulti-disciplinar”, pontuou.

*continua >>*





Continuação da página 12 | XII CONADEP

### Defensor de Minas Gerais debate novo CPC no Congresso em Curitiba

FOTO: Ascom/Anadep

**Defensor mineiro, Renato Faloni, e o desembargador, Roberto Bacellar, acompanhados pela defensora do Mato Grosso, Sílvia Ferreira, que presidiu o debate, e o defensor público do Paraná e relator do painel, Ricardo Padoim**



O defensor público de Minas Gerais, Renato Faloni, fez uma apresentação dos artigos do novo Código relacionados à área de família. Ele mostrou alguns pontos trazidos pela atualização, como exemplos, os artigos 693 a 699. Entre esses pontos, estão os casos e particularidades do divórcio, separação, reconhecimento e extinção das ações de família, guarda, visitação e filiação. Sobre o artigo 694, Renato Faloni ressaltou o protagonismo das partes na resolução dos diversos conflitos, por meio da mediação e da conciliação. A presença do defensor público neste proces-

so também foi evidenciada. “É preciso que deixemos para trás esse clima de guerra e criemos um novo processo civil”, ressaltou.

#### O novo CPC e a Defensoria Pública

O Novo Código de Processo Civil foi sancionado em março deste ano. O novo CPC tem uma importância fundamental para o crescimento e solidificação da Defensoria Pública. O novo texto, por exemplo, contempla um título específico para a Instituição. Agora, são 58 referências à Defensoria Pública.

## Defensora Pública-Geral participa da XI reunião ordinária do Condege

**A** defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Christiane Neves Procópio Malard, participou da XI reunião ordinária do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) realizada no dia 05.11.2015, em Curitiba. A DPG estava acompanhada pelo assessor Institucional, Nikolas S. Macedo Katopodis.

Medidas para reforçar a autonomia da Defensoria Pública foram um dos temas debatidos por defensores-gerais e representantes de defensorias de 17 estados. Durante a reunião, que foi aberta pelo presidente do Condege e defensor-geral do Pará, Luiz Carlos de Aguiar Portela, os membros debateram ações políticas e institucionais no sentido de

fortalecer as defensorias nos estados e em apoio à Defensoria Pública da União, que teve sua autonomia questionada em ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

O encontro contou com a participação do presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Joaquim Neto, que expôs as medidas que vêm sendo adotadas pela Associação.

Durante a reunião, o Colegiado deliberou ainda sobre a proposta das Defensorias Públicas de Rondônia e do Distrito Federal relativa à emenda constitucional que trata da criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública.

continua >>



Continuação da página 13

### Defensora Pública-Geral participa da XI reunião ordinária do Condege



Outro ponto em debate foram as propostas de alterações na Lei Complementar nº 80, que trata da organização a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados. A representante do Colégio Nacional de Corregedores Gerais, corregedora-geral da DPE-BA, Maria Auxiliadora Santana Teixeira, entregou a proposta do CNCG ao Condege sobre as questões afetas à atuação dos corregedores e pe-

diu a unificação do texto em uma proposta única. O Condege deliberou pela realização de uma reunião conjunta entre todos os envolvidos na reformulação da LC 80, incluindo a Anadep e a Defensoria Pública da União. O encontro deverá ocorrer em dezembro.

**A próxima reunião do Colegiado será no dia 30 de novembro, na Defensoria Pública de Minas Gerais.**



Defensora-geral de Minas Gerais, Christiane Malard (1ª, à esquerda)



Continuação da página 14

**Defensora Pública-Geral participa da XI reunião ordinária do Condege**



Defensores-gerais e demais representantes das defensorias estaduais presentes na XI reunião ordinária

## Condege aprova Notas Técnicas por melhorias no sistema de Execução Penal no Brasil

O Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege) aprovou por unanimidade, em sua 10ª Reunião Ordinária, realizada em outubro, doze notas técnicas elaboradas pela Comissão Especializada em Execução Penal.

Entre os textos aprovados está a Nota Técnica 01, que materializa o entendimento da Comissão sobre o verbete sumular nº 491 do Superior Tribunal de Justiça, que veda a progressão de regime prisional per saltum; e a Nota Técnica 08, que trata sobre a soma/unificação de penas e a data-base para fruição de direitos progressivos.

A Nota Técnica 04, que trata sobre a atuação da Defensoria Pública como órgão da Execução Penal, como estabelecido pela Lei 12.313/10, é de autoria do assessor Institucional da DPMG, defensor público, Nikolas Macedo Katopodis.

Além dessas, também está a Nota Técnica 12, que trata da possibilidade de concessão de saídas tem-

porárias para pessoas condenadas em regime inicial semiaberto, independentemente do cumprimento de requisito objetivo.

A Comissão Especializada em Execução Penal instituída pelo Colegiado Pleno do Condege é composta por defensores públicos indicados pelos respectivos defensores públicos-gerais.

A defensora pública mineira e membro da comissão, Alessa Pagan Veiga, explica que o objetivo é congrega os defensores em atuação na Execução Penal para a troca de experiências, aprimoramento profissional e fortalecimento da atuação institucional, buscando a formalização de projetos e a elaboração de propostas de atuação.

**>> O inteiro teor das Notas Técnicas aprovadas pode ser acessado clicando aqui.**

continua >>





Continuação da página 15

### Condege aprova Notas Técnicas por melhorias no sistema de Execução Penal no Brasil



Notas técnicas foram aprovadas durante a 10ª Reunião Ordinária do Condege

#### Nota técnica analisa papel da Defensoria Pública como órgão da Execução Penal

A Nota Técnica 04, de autoria do assessor Institucional da DPMG, defensor público, Nikolas Macedo Katopodis, confere à Defensoria Pública outras atribuições a fim de permitir à Instituição velar pela regular execução da pena e da medida de segurança, seja na defesa do necessitado, seja no controle da aplicação dos direitos previstos na LEP.

Desse modo, a Defensoria Pública deverá prestar assistência jurídica aos sentenciados, oficiando no processo executivo, fiscalizando as condições de

cumprimento da pena e da medida de segurança, nos termos do disposto nos artigos 61, inciso VIII, 81-A, 185 e 186 da Lei nº7.210/84.

A nota analisa ainda os procedimentos a serem adotados pela Defensoria Pública, na qualidade de órgão da execução penal, quando constatar irregularidades, desvios de execução, excesso ou violação a direitos, atuando inclusive nas audiências.

O texto da nota reafirma o entendimento consignado na Deliberação 017/2013 do Conselho Superior da Defensoria do Estado de Minas Gerais.

**>> Para ler a Nota Técnica 04 acesse aqui.**

## Defensoria Pública e MGS assinam contrato de prestação de serviços

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, e o presidente da MGS, Carlos Vanderley Soares, assinaram novo contrato para a prestação de serviços à Defensoria Pública. A assinatura aconteceu no edifício sede da empresa, no dia 06.11.2015.

Presentes à reunião: a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro; a superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças, Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha; a diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida Carvalho e o assessor Jurídico, Henrique Boaventura. Pela MGS presentes, também, o diretor Comercial e de Logística, Júlio Mothé; a chefe de gabinete, Perla Ferreira Salles Breña, a diretora de Recursos Humanos, Adriana Freitas Mariano e o assessor Jurídico, Hélder Verçosa Morato, além de integrantes da equipe técnica da empresa.

O novo contrato prevê a ampliação do quadro de servidores da MGS nas áreas de serviços gerais e apoio administrativo, tendo em vista a entrada de novos defensores públicos, a implantação do processo judicial eletrônico e o projeto de expansão da Defensoria Pública para novas comarcas do Estado.

Durante a assinatura a defensora pública-geral, Christiane Malard, ressaltou o êxito da parceria com a MGS. “O presente contrato propiciará a ampliação do quadro de servidores para as comarcas existentes e para as que serão criadas. A intenção é de oferecer maior suporte ao trabalho do defensor público, otimizando a prestação dos serviços e garantindo o acesso à justiça ao cidadão carente de forma mais célere, humanizada e com qualidade”.

continua >>



Continuação da página 16

### Defensoria Pública e MGS assinam contrato de prestação de serviços



O presidente da MGS, Carlos Soares, parabenizou as equipes da Defensoria Pública e da MGS envolvidas no processo de assinatura do novo contrato, ressaltando a importância da parceria entre os órgãos. “A assinatura coincide com o momento de reestruturação da empresa, quando estamos adotando novos modelos que tornem a MGS mais dinâmica e próxima do cliente”.

**Defensora-geral, Christiane Malard, ao lado do presidente da MGS, Carlos Soares, assina o novo contrato para a prestação de serviços**



A defensora-geral, Christiane Malard e o presidente da MGS, Carlos Soares, acompanhados das respectivas equipes de trabalho

## Defensora pública-geral reúne-se com o presidente da Amagis

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procopio Malard, reuniu-se, no dia 09.11.2015, com o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro. Na pauta do encontro, na sede da Amagis, foram tratados assuntos de interesse das duas Instituições.

**Ao lado, DPG Christiane Malard e o desembargador Hebert Carneiro**





## Defensoria Pública prestigia comemoração dos 78 anos do TJMMG

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, representou a Instituição na solenidade de comemoração dos 78 anos do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJMMG) realizada na segunda-feira, dia 09.11.2015, no Clube dos Oficiais da Polícia Militar, em Belo Horizonte. Durante a solenidade, foi lançada a edição de número 38 da revista “Estudos & Informações da Justiça Militar do Estado de Minas Gerais”.

Diversas instituições e personalidades que contri-

buíram para a valorização e boa prestação jurisdicional do órgão foram homenageados com a outorga do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Militar.

Autoridades dos Três Poderes participaram do evento, entre elas, o governador e o vice-governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel e Antônio Andrade; o prefeito em exercício de Belo Horizonte, Délio Malheiros; o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt; e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes.



DPG Christiane Malard (1ª posição, à direita) compõe a mesa de honra do evento



Chefe do Estado Maior da PMMG, coronel Marco Antônio Bicalho; presidente do TJMMG, juiz cel. PM Sócrates Edgard dos Anjos; DPG, Christiane Malard; e o comandante-geral da PMMG, coronel Marco Antônio Badaró

Deputado estadual, Vanderlei Miranda; presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro; defensora-geral, Christiane Malard, e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado estadual Thiago Cota



Christiane Malard acompanhada pelo desembargador Wilson Benevides





## Servidores da Casa recebem homenagem

*A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou, no dia 10.11.2015, uma série de atividades para os servidores e funcionários da Casa em comemoração ao Dia do Servidor Público (28 de outubro). A realização foi em parceria com o Sesc que ofereceu, durante toda a jornada, atividades do “Sesc Criativo: Oficinas de chaveiro e biscuit”. Foi entregue, também, o certificado “Servidor Destaque 2015” aos servidores escolhidos na Capital e Interior e, finalizando a homenagem, a palestra motivacional “Sonhar e realizar”, com professor universitário Tio Flávio.*



Participaram, também, da abertura o corregedor geral, Ricardo Sales Cordeiro; o coordenador da Regional Centro-Oeste e da Defensoria Pública em Divinópolis, Vanderley Capanema; a superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças, Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha; a diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho; e o professor Tio Flávio

**A** abertura do evento foi realizada pela defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, que anunciou o aumento do vale-alimentação dos servidores de R\$ 12,50 para R\$ 19,00. “Após um intenso replanejamento orçamentário, foi autorizado o aumento de 45% no valor do benefício. A Defensoria-Geral espera implementar esse acréscimo até o final do ano, estando a cargo da SPGF as providências necessárias para a sua efetivação”.

Sobre o projeto da área meio, Christiane Malard disse que, após tramitação em várias áreas do Poder Executivo e diversas reuniões entre a Defensoria-Geral e os setores técnicos responsáveis, chegou-se à conclusão de que o projeto, na sua forma global, representava impacto orçamentário superior ao total da folha de pagamento da Defensoria Pública neste ano de 2015, o que inviabilizou sua

tramitação neste momento, diante do cenário de crise orçamentária, que vem sendo vivenciado por todos os Poderes Públicos.

“Ainda que se pretendesse o provimento gradativo dos cargos, não haveria modificação do impacto, posto que para tramitação do projeto o ateste da capacidade orçamentária para provimento de todos os cargos se faz necessária, ainda que o efetivo provimento ocorra no futuro”, explicou a defensora-geral. “Assim – continuou Christiane Malard – como alternativa, foi determinada uma análise interna sobre a possibilidade de diminuição do quantitativo global de cargos, para que, com isso, haja a diminuição do impacto orçamentário e seja inaugurada a possibilidade de nova negociação orçamentária, que permita o encaminhamento o quanto antes”.

*continua >>*



Continuação da página 19

### Servidores da Casa recebem homenagem



As monitoras do Sesc ensinaram a produzir chaveiros e peças em *biscuit*

A defensora-geral disse ainda que as contratações que vem sendo efetivadas junto à MGS, com a finalidade de fazer frente à expansão determinada pela Emenda Constitucional 80/2014, não prejudicam o andamento do projeto de lei da área meio “posto que o pagamento da MGS é feito com recursos do custeio e não do pessoal, este sim destinado ao pagamento de defensores e servidores”, concluiu.

Ao finalizar, Christiane Malard parabenizou os servidores da instituição, lembrando que, em qualquer ambiente de trabalho, o que há de mais valioso é o ser humano. “Em nome da Defensoria Pública, expresso meu agradecimento a vocês pelo que representam para esta Casa. Nossa Instituição pouco seria se não pudesse contar com o prestimoso apoio e dedicação de seus servidores que, diariamente, empregam seus esforços, conhecimentos técnicos e experiências profissionais à nobre missão de servir à sociedade, ajudando a tornar a justiça acessível para todos os cidadãos do nosso Estado”.

### Servidor destaque

Assim como nos anos anteriores, a Defensoria Pública escolheu o “Servidor Destaque 2015”. Em Belo Horizonte, a seleção foi feita por meio de eleição, dividida em três categorias: pessoal administrativo, adolescente trabalhador (Assprom) e serviços gerais

(transporte, manutenção, conservação e limpeza). Na categoria pessoal administrativo, foi eleita Marilza Gomes, do setor de Transportes; na categoria serviços gerais, Cassius Renato, da Manutenção e na categoria adolescente trabalhador, Bruna Luiza Alves, do Gabinete da Defensoria Geral.

Nas unidades do interior, a indicação foi feita por cada coordenador regional, que escolheram o servidor destaque dentre as cidades que compõem a regional. Os escolhidos foram: Marcelo Franciscani Ribeiro (Divinópolis), Rita de Cássia do Nascimento (São Lourenço), Vânia Maria de Oliveira (Ponte Nova), Adilma Afonsina de Moura Newton (Sete Lagoas), Amaury Henrique Salomão (Teófilo Otoni), Salvina Edna da Silva (Montes Claros), Everton Campos Lima (Ipatinga) e Aluisio Antônio Flores (Uberaba).

A entrega dos certificados foi feita pela defensora geral, Christiane Malard; pelo corregedor geral, Ricardo Sales Cordeiro; pelo coordenador da Regional Centro-Oeste e da Defensoria Pública em Divinópolis, Vanderley Capanema; pela superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças, Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha e pela diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho.

continua >>

Continuação da página 20

### Servidores da Casa recebem homenagem

#### Sonhar e realizar

Ao final, o professor universitário, Tio Flávio, realizou a palestra motivacional “Sonhar e realizar”, na qual falou sobre a importância de se trabalhar feliz e ter prazer naquilo que faz. “A felicidade é escolha nossa. Podemos fazer a diferença na vida dos outros, principalmente vocês, que recebem diariamente tantas histórias de vida”, ressaltou.



Palestrante Tio Flávio, a defensora pública Eliane Medeiros, autora do projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”, e defensora-geral, Christiane Malard

## Homenageados



A assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro, ressaltou a responsabilidade, simpatia e educação da menor aprendiz, Bruna Alves



“A Marilza Gomes dá o toque feminino ao setor de Transportes, com sua gentileza e delicadeza”, disse o coordenador de Transportes, Cláudio Luiz de Oliveira



O corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, destacou o tempo de dedicação e serviço, na Defensoria Pública em Sete Lagoas, da servidora Adilma Afonsina de Moura Newton: mais de 23 anos



Em mensagem, o coordenador da Defensoria Pública em Uberaba, defensor público Elias Manoel Gomes, falou sobre a dedicação, pró-atividade, responsabilidade, competência e coleguismo do motorista Aluísio Antônio Flores



O coordenador da Defensoria Pública em Divinópolis, Vanderley Capanema, disse que a indicação do motorista Marcelo Franciscani Ribeiro foi motivada pela sua dedicação e pelo compromisso no desempenho de suas funções



Presente na homenagem, o tio do servidor Amaury Henrique Salomão, Antônio Zeferino, disse que o profissional é merecedor de todo o crédito e reconhecimento, estendendo o cumprimento a todos os servidores da Casa

Continuação da página 21

### Homenageados



Na mensagem do defensor público Vinícius Paulo Mesquita, em atuação na Defensoria Pública em Ipatinga, foi ressaltado o perfil humano do servidor Everton Campos Lima, cujos valores que externa são agregados aos da Instituição



Os defensores públicos em atuação na Defensoria Pública em Montes Claros definiram a servidora Salvina Edna da Silva como uma profissional com perfil agregador e com muita habilidade para trabalhar junto aos assistidos



A gestora da Defensoria Pública em Ponte Nova, Vânia Maria Dias de Oliveira, foi reconhecida pelos colegas na comarca como uma profissional que se destaca pela simpatia e dedicação e possuidora de princípios e valores que a tornam uma pessoa única. A gestora atua há mais de 40 anos no serviço público, sendo 25 dedicados à Defensoria Pública

## Defensoria pode propor ação civil pública na defesa de interesses difusos

A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública, visando a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos de que sejam titulares, em tese, pessoas necessitadas. Com esse entendimento, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade dos votos, negou provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 733433, com repercussão geral reconhecida e que atinge 23 casos sobrestados.

O município de Belo Horizonte, autor do RE, afirma ser réu em ação civil pública proposta pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, a fim de que o município mantenha o funcionamento das creches e escolas de educação infantil da rede municipal de ensino nos meses de dezembro e janeiro, de forma contínua e ininterrupta.

Consta dos autos que, o recurso extraordinário foi interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que confirmou a legitimidade da Defensoria Pública para propor Ação Civil Pública para a tutela de interesses e direitos difusos. De acordo com o Tribunal de Justiça, pela natureza dos direitos difusos conceituados no artigo 81, parágrafo único, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), para a atuação da Defensoria Pública não seria necessária a demonstração de hipossuficiência das pessoas tuteladas, tendo em vista a impossibilidade de individualizar os titulares dos direitos pleiteados.

No RE, o município questionava o referido acórdão ao sustentar que a Constituição Federal não autoriza a Defensoria Pública a patrocinar ações civis públicas, considerando que nenhum de seus dispositivos traz,

nem mesmo de forma implícita, qualquer referência à defensoria.

**Voto do relator** – O relator da matéria, ministro Dias Toffoli, votou no sentido de negar provimento ao recurso e manter a decisão do acórdão questionado. “A Defensoria tem legitimidade ativa para propor ação civil pública na defesa dos hipossuficientes mesmo quando extrapolar direitos ou interesses por ela tutelados”, ressaltou o ministro, ao frisar que tal legitimidade se estabelece mesmo nos casos em que haja possíveis beneficiados não necessitados.

Ele avaliou que, em sentenças genéricas, as execuções individuais apenas poderão ser feitas por quem é necessitado. “A execução em benefício pessoal, quando couber, somente poderá ser realizada pelos hipossuficientes”, salientou o relator.

Portanto, o ministro Dias Toffoli destacou que, “estando presentes interesses individuais ou coletivos da população necessitada, haverá a legitimidade ativa da Defensoria Pública para a propositura da ação civil pública, mesmo nas hipóteses em que extrapolar esse público, ficando claro que, quando extrapolar, a execução individual será limitada aos necessitados”. O relator foi seguido por unanimidade.

O Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 690838), processo paradigma do tema 607 da repercussão geral, foi reatuado como RE 733433.

O ministro Marco Aurélio ficou vencido na votação apenas quanto à definição da tese.

**COOPROC | CCAP**

COORDENADORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS | COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO

## Pesquisa revela satisfação dos assistidos com o Mutirão Direito a Ter Pai

A 5ª edição do Mutirão Direito a Ter Pai foi realizada no dia 29 de outubro, em Belo Horizonte e em mais 34 comarcas do interior. A iniciativa teve o objetivo de garantir à criança, ao adolescente e, eventualmente, ao adulto, o direito a ter o nome do pai em seu registro de nascimento, promovendo o reconhecimento da paternidade.

Pesquisa de satisfação realizada pela Defensoria Pública entre os assistidos, no dia do Mutirão, revelou que 171 pessoas avaliaram como excelente a iniciativa e 26 a consideraram muito boa. Foram ouvidas 201 pessoas. Em Belo Horizonte, foram atendidas 1109 pessoas, com

a realização de 116 exames de DNA e 72 reconhecimentos espontâneos de paternidade.

Além da Capital, o Mutirão foi realizado nas cidades de Araguari, Além Paraíba, Baependi, Barbacena, Betim, Campanha, Cássia, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Ituiutaba, Iturama, Jaboticatubas, Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Nova Lima, Passos, Patos de Minas, Pedro Leopoldo, Pitangui, Poços de Caldas, Ponte Nova, Pouso Alegre, Sabará, São Lourenço, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Viçosa.

### Veja como foi o Mutirão pelo Interior

#### Araguari

Em Araguari, o Mutirão Direito a Ter Pai realizou 161 atendimentos, com 26 exames de DNA, quatro reconhecimentos espontâneos, e seis ações de reconhecimento de paternidade com alimentos. No atendimento aos assistidos trabalharam três defensores públicos, dois servidores, 14 estagiários, dois funcionários do laboratório e três trabalhadores mirins.



Em Cássia a equipe trabalhou de rosa para promover a campanha de prevenção ao câncer de mama, e atendeu 46 pessoas

#### Cássia

O Mutirão em Cássia atendeu 46 pessoas, com a realização de onze exames de DNA e abertura de cinco ações de investigação de paternidade. Trabalharam no Mutirão a coordenadora Local, Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, a gestora Selma Carmozine,

os estagiários Luiza Augusta Borges e Augusto Fonseca Rezende, além de estagiários e a responsável pelo Laboratório.

Segundo a defensora pública Ariadne Fernanda de Faria e Sousa Ramos, “a equipe trabalhou de rosa, para promover a campanha de prevenção ao câncer de mama, assim como distribuiu, entre os assistidos, lembranças elaboradas para o dia do Mutirão, um dia de festa, cidadania e participação popular”.

#### Cataguases

A Defensoria Pública em Cataguases realizou, no dia do Mutirão, 50 atendimentos, com onze exames de DNA. Trabalharam no atendimento aos assistidos, dois defensores, 15 estagiários e quatro funcionários de laboratório.

#### Conselheiro Lafaiete

Em Conselheiro Lafaiete, foram realizados 29 atendimentos, dois reconhecimentos espontâneos e três ações de investigação paternidade. Nove pessoas trabalharam, sendo dois defensores públicos, três servidores, um estagiário e três da equipe do laboratório.

#### Divinópolis

Em Divinópolis, foram realizados 96 atendimentos e 26 exames de DNA. Trabalharam no atendimento, dois defensores públicos, dois servidores d Defensoria Pública, três funcionários do laboratório e um voluntário.

*continua >>*

Continuação da página 23

### **Pesquisa revela satisfação dos assistidos com o Mutirão Direito a Ter Pai**

#### **Governador Valadares**

O Mutirão Direito a Ter Pai realizou, em Governador Valadares, 187 atendimentos, 37 exames de DNA, 22 reconhecimentos espontâneos, e uma ação de investigação de paternidade. Trabalharam no atendimento cinco defensores, dez estagiários, sete servidores da DPMG e dois funcionários de laboratório.

#### **Ipatinga**

Em Ipatinga, no Vale do Aço, o Mutirão Direito a Ter Pai realizou 64 atendimentos, com 31 exames de DNA. Participaram do Mutirão cinco defensores, três servidores, dois estagiários e um voluntário.

#### **Iturama**

Em Iturama, foram realizados 33 exames de DNA. O Mutirão foi realizado com apoio da Faculdade de Direito Aldete Maria Alves – Fama, que cedeu as advogadas do Núcleo de Prática Jurídica e os estudantes que colaboraram com a defensora pública Clerisa Felipe Sanches Oberlander no dia do atendimento.

#### **Jaboticatubas**

Em Jaboticatubas, o Mutirão atendeu 19 pessoas, realizando dez exames de DNA, um reconhecimento espontâneo de paternidade e ajuizando cinco ações para investigação de paternidade.

Participaram do mutirão a defensora pública, Fabiana Martins Maia; as técnicas do laboratório, Márcia e Alessandra; os estudantes de Direito e estagiários da Defensoria, Leonardo Henrique e Bruna Xavier.



**Equipe que trabalhou no Mutirão em Jaboticatubas atendeu 19 pessoas e realizou dez exames de DNA**

De acordo com a defensora Fabiana Martins Maia, “com o mutirão, moradores da zona rural de Jaboticatubas tiveram acesso à tecnologia do exame de DNA e aos direitos decorrentes do reconhecimento da paternidade”.

#### **Juiz de Fora**

Em Juiz de Fora, foram atendidas 180 pessoas, com a realização de 51 exames de DNA, 81 expedições de notificação para suposto pai, e nove reconhecimentos espontâneos. Trabalharam no Mutirão 14 defensores públicos, oito servidores, três estagiários e sete funcionários de laboratórios. De acordo com a coordenadora Regional Mata I, Ana Lúcia Leite, “chamou a atenção o maior número de exames de filhos maiores, juntamente com seus pais, e não só crianças pequenas como de costume”. De acordo com a defensora pública, “a iniciativa salvaguarda o direito à personalidade, fundamental para o exercício da capacidade e cidadania”.

*continua >>*



**Em Montes Claros o Mutirão fez 109 exames de DNA e ajuizou 31 ações de investigação de paternidade. Foram 226 atendimentos**



Continuação da página 24

**Pesquisa revela satisfação dos assistidos com o Mutirão Direito a Ter Pai**

**Montes Claros**

O Mutirão Direito a Ter Pai, em Montes Claros, realizou 226 atendimentos, 109 exames de DNA, onze reconhecimentos espontâneos, e ajuizou 31 ações para investigação de paternidade. Trabalharam no atendimento nove defensores públicos, dez estagiários, um servidor, 11 funcionários de laboratório e três voluntários.

**Muriaé**

O Mutirão em Muriaé atendeu 88 pessoas, realizando 30 exames de DNA e três ações para reconhecimento de paternidade. Trabalharam no atendimento três defensores públicos, um servidor, dois estagiários, dois trabalhadores mirins e quatro funcionários do laboratório.



**Equipe que trabalhou no Mutirão em Nova Lima realizou 35 atendimentos, com 22 exames de DNA e cinco reconhecimentos espontâneos de paternidade**

**Nova Lima**

Em Nova Lima, foram realizados 35 atendimentos, 22 exames de DNA, cinco reconhecimentos espontâneos, e uma ação extrajudicial de alimentos. Trabalharam no Mutirão dois defensores públicos, quatro estagiários, três servidores municipais, um voluntário e três funcionários de laboratório.

**Pedro Leopoldo**

Em Pedro Leopoldo foram realizados 119 atendimentos, doze exames de DNA, um reconhecimento espontâneo e abertas três ações para reconhecimento de paternidade. Junto com a defensora pública, Patrícia Oliveira de Almeida Coelho, trabalharam dois servidores, três estagiários e um voluntário.

**Pitangui**

Com a realização de doze exames, Pitangui atendeu 25 pessoas e abriu uma ação de investigação de paternidade. Participaram do Mutirão, a defensora pública, Patrícia Amaral, uma servidora e cinco estagiários. Chamou a atenção o caso do pai notificante que compareceu e queria fazer o exame para reconhecimento do filho, mas a mãe e a criança não compareceram.

**Ponte Nova**

O Mutirão em Ponte Nova atendeu 18 pessoas, com a realização de sete exames de DNA e um reconhecimento espontâneo. Participaram do atendimento dois servidores, três funcionários de laboratórios e a defensora pública, Kácyla Maria de Castro, para quem a iniciativa “é importantíssima para o fortalecimento do vínculo familiar, já que é direito do filho ter a sua paternidade reconhecida”.

**Teófilo Otoni**

Em Teófilo Otoni, foram realizados 824 atendimentos, 125 exames de DNA, 17 reconhecimentos espontâneos de paternidade e, ajuizadas, 48 ações de investigação de paternidade. Trabalharam, no Mutirão Direito a Ter Pai, três defensores públicos, oito servidores, 14 estagiários e 79 voluntários.

**Uberaba**

Em Uberaba, foram realizados 28 exames de DNA, seis reconhecimentos espontâneos de paternidade e abertas cinco ações de investigação de paternidade. Um detento foi conduzido da penitenciária local para participar do Mutirão e fez o reconhecimento espontâneo de paternidade.

**Uberlândia**

No Triângulo Mineiro, a Defensoria Pública de Uberlândia atendeu 1.359 pessoas, realizando 115 exames de DNA, 38 reconhecimentos espontâneos, 134 ações de investigação de paternidade. Também foram feitos 134 acordos para guarda, pensões e visita. Trabalharam no atendimento 22 defensores públicos, 60 estagiários, 16 servidores da Defensoria Pública e 40 funcionários da Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia (Icasu).

**Varginha**

O Mutirão Direito a Ter Pai, em Varginha, atendeu 296 pessoas, realizando 43 exames de DNA e cinco reconhecimentos espontâneos de paternidade.



## Curso capacita funcionários para novas unidades

A Defensoria Pública de Minas Gerais realizou, no dia 04.11.2015, curso de capacitação para novos funcionários da MGS, que prestarão serviço nas novas unidades da Instituição, no interior do Estado.

O curso foi conduzido pela assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro, e a diretora de Recursos Humanos, Carla Souza Carvalho. A MGS foi representada pela gerente de Negócios Patrícia Borba, Fernanda Nascimento de Souza

Santos Rodrigues, do setor de Treinamentos, e Marlene Dilaia, do setor de Admissão.

Os participantes receberam orientações gerais sobre a Defensoria Pública, sua estrutura e serviços oferecidos, a dinâmica de funcionamento nas comarcas e responsabilidade patrimonial, entre outros temas abordados. Os representantes da MGS repassaram informações sobre a empresa e a rotina de trabalho dos funcionários.

**Encontro capacitou os novos funcionários da MGS, que trabalharão em dez novas unidades da Defensoria Pública**



## Servidores fazem curso sobre excelência no atendimento

A assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na abertura do curso “Excelência no Atendimento”, realizado nos dias 5 e 6 de novembro, no auditório da DPMG. A assessora apresentou os palestrantes Jussara Canuto e Fábio Bispo. A instrutora, psicóloga e analista de Recursos Humanos do Núcleo de Desenvolvimento de Competências Humano-Sociais

(Nudhs) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Jussara Canuto, fez a palestra de abertura.

Ministrado para 20 servidores da Defensoria Pública, o curso integra o Programa Atitude Legal do Tribunal de Justiça, iniciativa da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. O gestor de Atendimento da Unidade II da Defensoria Pública, Bruno Lombardi, também participou do encontro, assim como a diretora de Recursos Humanos, Carla Aparecida de Souza Carvalho.

A psicóloga Jussara Canuto, em sua fala, ressaltou a importância de dar o “tom da excelência ao atendimento”. Ela lembrou que o desenvolvimento da conversa pelo servidor é o diferencial para se chegar a um atendimento de qualidade. E destacou a importância do acolhimento, da escuta, e da atenção a quem busca o serviço público.

Na manhã do dia 06.11, 25 servidores da DPMG tiveram palestra com a psicóloga Elaine Ribeiro Mayrink Maia, que falou sobre os pontos que devem ser destacados no atendimento, para torná-lo positivo, eficaz e eficiente, além de abordar as relações interpessoais no trabalho e o compromisso de cada servidor com a Instituição.



**Abertura do curso Excelência no Atendimento, no auditório da Defensoria Pública de Minas Gerais**

# MESC capacita novos multiplicadores em mediação escolar

Começou no dia 12, quinta-feira, o curso Mediação Escolar e Formação de Multiplicadores, voltado para a capacitação de defensores públicos, servidores, diretores de escolas e membros de comunidades envolvidas no projeto.

Iniciativa da Coordenadoria de Capacitação, a formação é promovida pelo Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), desenvolvido pela Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), sob a coordenação da defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho.

Na abertura, a palestra “Teoria do Conflito e suas Funções”, com a advogada e mediadora Dulce Nascimento. Na parte da tarde a coordenadora do projeto Mesc, Francis Coutinho, conduziu dinâmicas para o conhecimento do projeto e suas ferramentas.

Participam do curso defensores públicos que atuam nas cidades de Uberaba, Uberlândia, Varginha, Passos, Ribeirão das Neves, Contagem e Belo Horizonte. Em sua primeira etapa, o curso, de 40 horas, vai até o dia 14 de novembro. A segunda etapa será nos dias 26, 27 e 28 do mesmo mês.



O Projeto Mesc é um dos três finalistas do XII Prêmio Innovare, na categoria Defensoria Pública, cujos vencedores serão conhecidos em dezembro, em cerimônia no Supremo Tribunal Federal, em Brasília

## DPMG na mídia

### Parceria com participação da Defensoria Pública capacita detentas em Montes Claros

Uma parceria entre a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em Montes Claros, a empresa Círculo – produtora de fios e linhas – e a Secretaria de Estado de Defesa Social proporcionou a capacitação de 30 detentas do presídio Alvorada, em Montes Claros, nos dias 27 e 28 de outubro. O treinamento foi notícia na imprensa local.

**>> Acesse aqui para ler a matéria.**



## Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania”

### Assistidos da DPMG recebem dicas sobre orçamento

No dia 05.11.2015, o Projeto “Sala de Espera – Oficinas de Cidadania” trouxe a coordenadora institucional do Movimento das Donas de Casa (MDC), Solange Medeiros, para falar sobre orçamento doméstico para os assistidos da Defensoria Pública.

Com o objetivo de auxiliar as pessoas a se organizarem com as despesas domésticas, Solange Medeiros deu dicas e orientações para os presentes; falou sobre o momento de crise, aconselhando os assistidos a evitarem gastos e a fazerem uso do que já têm, por exem-

plo, reciclando roupas e objetos. Segundo ela, a oferta excessiva e a facilidade de crédito faz com que as pessoas adquiram bens que não precisam e o consumo exacerbado leva à situação de descontrole das dívidas, alertando ainda sobre o uso indiscriminado do crédito, em especial, o rotativo do cartão de crédito. Ao finalizar, Solange Medeiros aconselhou os presentes a pouparem, sempre que sobrar um dinheirinho. “Se sobrar, guarde. De pouquinho em pouquinho, você economiza e garante sua tranquilidade”.



Solange Medeiros: “Ganhando muito ou ganhando pouco, é possível equilibrar o orçamento”

A cada edição, a defensora pública, Eliane Medeiros, pergunta a opinião dos assistidos presentes sobre o projeto

### DPVAT é tema de palestra no projeto “Sala de Espera”

No dia 10.11.2015, o projeto “Sala de Espera” recebeu as representantes do Sindicato dos Corretores de Seguro de Minas Gerais (Sincor-MG), Lucy Cardoso e Camila Sousa, que falaram para os assistidos sobre o seguro por Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, o DPVAT.

A coordenadora da área de DPVAT do Sincor-MG, Lucy Cardoso, explicou que o DPVAT é um seguro compulsório que todo proprietário de veículo deve pagar anualmente. Caso o pagamento não seja efetuado, o proprietário fica sujeito às penalidades previstas na legislação.

Conforme Lucy Cardoso, “qualquer vítima de acidente automotor tem direito a receber a indenização do DPVAT, inclusive o motorista e os passageiros do veículo. O pagamento independe da apuração de culpados”. Chamou a atenção dos assistidos para o fato de que não é preciso intermediário para solicitar a indenização, que é liberada em até 30 dias depois de

dada a entrada em um dos postos de atendimento. Ao término da palestra, Lucy Cardoso respondeu a dúvidas dos assistidos sobre o seguro.



Após a palestra, dúvidas foram respondidas por Lucy Cardoso, que estava acompanhada da coordenadora do Atendimento, Eden Mattar, e da defensora pública, Eliane Medeiros

## Participações na ALMG

### Debate sobre o acampamento José Bandeira, em Pirapora

A defensora pública em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), Ana Cláudia da Silva Alexandre, participou, no dia 03.11.2015, de debate promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre a situação do acampamento José Bandeira, localizado na Fazenda da Prata, no município de Pirapora, onde moram 180 famílias que estão ameaçadas de despejo.

A situação do acampamento José Bandeira foi debatida pela Comissão de Direitos Humanos da ALMG

Ocupada em 2003 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Fazenda da Prata possuiu uma área de 2.937 hectares e estava abandonada há mais de um século. Em agosto de 2012, cerca de 180 famílias reocuparam o local. Hoje, a área do acampamento vale cerca de R\$ 8 milhões e teria uma dívida fiscal de mais de R\$ 45 milhões com a União, que está disposta a negociar o débito e destinar o

local para a reforma agrária. Em uma nova decisão, a Vara Agrária do Estado, determinou que a fazenda fosse desocupada até o dia 05.11.2015.

Na visão da defensora pública, Ana Cláudia Alexandre, a situação da área pode ser resolvida sem necessidade de desocupação com uso de força policial. Segundo a defensora, os próprios proprietários concordam com a conciliação pedida pela Defensoria Pública. Ana Cláudia Alexandre pediu uma intervenção favorável do Estado, e que a Mesa de Diálogo seja novamente convocada e compareça a uma reunião agendada pela PM para o dia 06.11, em Pirapora.

“Neste momento, é importante que outras instâncias públicas favoreçam a tomada de decisões, levando em conta que o interesse público deve prevalecer sobre o privado. O Estado tem obrigação constitucional de proteger a vida e a dignidade das pessoas. A Defensoria já solicitou à presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) a suspensão da liminar de reintegração, e também o estabelecimento de um espaço de conciliação, dentro do próprio TJMG, para uma solução consensual. O dinheiro público não pode ser investido para causar injustiça”, declarou a defensora, reafirmando que a dívida dos proprietários com a União é muito superior ao valor da área.

FOTOS: Clarissa Barçante/ALMG



**Defensora pública, Ana Cláudia da Silva Alexandre**





## Participações na ALMG

# Debate sobre segurança pública em audiência temática do PPAG 2016-2019

As audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2016-2019, que estabelece o planejamento de médio prazo do Estado, têm contado com a participação da Defensoria Pública.

No dia 03.11.2015, a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Roberta de Mesquita Ribeiro, representou a Instituição na audiência sobre segurança pública realizada pelas Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Durante o dia, grupos de trabalho, constituídos por cidadãos previamente inscritos, aprofundaram seus conhecimentos sobre o PPAG e construíram coletivamente propostas em programas prioritários. Na audiência, representantes desses grupos fizeram um resumo das propostas aprovadas e das novas ações sugeridas. Essas sugestões serão transformadas em Propostas de Ação Legislativa (PLEs), que serão apreciadas pela Comissão de Participação Popular e podem até mesmo resultar em emendas ao Projeto de Lei 2.937/15, de autoria do governador, que contém o PPAG.

Roberta de Mesquita Ribeiro participou das discussões do eixo segurança pública e da comissão prevenção social e justiça criminal. Nas comissões de cada eixo foram escolhidos pelo grupo três pro-

gramas prioritários, nos quais os participantes fariam propostas de ação legislativa. Na comissão, na qual a assessora de Planejamento e Infraestrutura participou, o programa da Defensoria Pública foi eleito como prioritário e recebeu propostas de ampliação orçamentária.

Uma das reivindicações foi a presença da Defensoria Pública do Estado em todas as comarcas mineiras. A Instituição está presente em 38% das comarcas. Na esteira da maior presença do órgão no Estado, foram cobrados, ainda, investimentos na capacitação de membros e servidores da Defensoria, com foco em métodos de solução extrajudicial de conflitos e aumento do número de estagiários.

**PPAG** – As reuniões de discussão do PPAG continuam nesta semana. Nesta quarta (04/11), Saúde e Proteção Social é o tema em debate. O PPAG trata do planejamento de médio prazo do Estado, prevendo despesas, metas de investimentos e obras por regiões de Minas Gerais, norteadas pelo Orçamento do Estado. Ele está contido no Projeto de Lei (PL) 2.937/15, do governador, e está estruturado nos seguintes eixos temáticos: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; e Educação e Cultura.



Assessora de Planejamento e Infraestrutura, defensoria pública, Roberta de Mesquita Ribeiro, representou a DPMG na audiência



**Eventos**

## VI Seminário do Conselho de Criminologia e Política Criminal tem participação da DPMG

No dia 04.11.2015, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo defensor público, Rafael de Freitas Cunha Lins, na cerimônia de abertura do VI Seminário do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais (CCPC) promovido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Com o tema “A Educação e o Sistema Prisional – Constatações e Perspectivas”, o evento reuniu magistrados, servidores e operadores do direito para discutir os desafios e as possibilidades de avanço no atendimento à população carcerária do Estado.

A coordenadora do Observatório do Clima Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, Eliane Castro Vilssanti, apresentou a palestra “Das oportunidades educacionais ao sistema carcerário: limites e possibilidades do desenvolvimento humano”. A expositora sustentou que a educação possui o potencial de mobilizar as capacidades do indivíduo para o seu desenvolvimento humano e so-

cial, para além do saber convencional. Eliane Castro defendeu que a mudança da sociedade passa pela mudança do indivíduo.

As atividades do VI Seminário do Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas Gerais continuaram durante a tarde, com a apresentação dos painéis “A educação e a formação do agente penitenciário” e “A educação como mecanismo de ressocialização do condenado”. Também foram apresentados quatro projetos e pesquisas, selecionados, e um artigo, vencedor de concurso promovido pelo CCPC.

Após as premiações, uma audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), em parceria com o Conselho, discutiu as escolas de formação dos agentes penitenciários e agentes socioeducativos.

Durante o seminário, o Conselho de Criminologia e Política Criminal do Estado de Minas homenageou autoridades que apoiaram o conselho na realização de sua missão.



**Defensor público, Rafael de Freitas Cunha Lins, acompanhado pelo corregedor do TJMG, desembargador Antônio Sérvulo dos Santos**

**Defensor público, Rafael de Freitas Cunha Lins (1ª posição, à direita), compõe a mesa de honra da solenidade de abertura**





## Defensoria Pública prestigia entrega de cidadania honorária na CMBH

A assessora de Planejamento e Infraestrutura, Maria Valéria Valle da Silveira, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malar, na entrega dos títulos de cidadãos honorários de Belo Horizonte à desembargadora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Yeda Monteiro Athias, e ao ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Arnaldo Esteves Lima. A solenidade aconteceu no dia 05 de novembro, na Câmara Municipal da cidade.

A desembargadora Yeda Monteiro Athias nasceu em Belém (PA) e ingressou na magistratura mineira em 1992, sendo promovida a desembargadora do TJMG em 2015. O ministro aposentado, Arnaldo Esteves Lima, nasceu em Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha. Entre 1976 e 1979, exerceu a função de defensor público e promotor substituto no Ministério Público do Distrito Federal. Ministro do STF desde 2004, exerceu o cargo até julho de 2014.

Presentes ainda: o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt; o subprocurador-geral da República, José Carlos Pimenta; o corregedor-geral do TJMG, desembargador Antônio Sérvulo dos San-

tos; o ex-presidente do TJMG, desembargador José Fernandes Filho; o coordenador da Infância e da Juventude e superintendente da Coinj, desembargador Wagner Wilson Ferreira; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), juiz Magid Nauef Láuar; o presidente da Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais (Ajufemg), juiz federal Ricardo Machado Rabelo; o deputado federal Mauro Lopes, além de diversos magistrados.



**Defensora pública e assessora de Planejamento e Gestão da DPMG, junto com os homenageados: ministro Arnaldo Esteves Lima e desembargadora Yeda Monteiro Athias**



**Mesa solene**



## DPMG participa da IV Conferência Estadual de Direitos Humanos

A Defensoria Pública de Minas Gerais participou da IV Conferência Estadual de Direitos Humanos, que aconteceu nos dias 5 e 6 de novembro. Realizada pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CONEDH), em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (Sedpac), a conferência teve como tema “Direitos Humanos para todas e todos: democracia, participação, justiça e igualdade”.

A defensora pública, Maria Auxiliadora Viana Pinto, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, esteve presente no evento e cantou o hino nacional brasileiro.

A conferência estadual debateu políticas públicas de promoção dos direitos humanos em Minas Gerais e consolidou propostas a serem levadas à 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que será realizada em Brasília no mês de dezembro e reunirá delegados eleitos nas conferências estaduais em todo país.

Os eixos em debate foram: Direitos Humanos para Todas e Todos: Solidariedade e Educação; Democracia e Cultura da Paz; Participação Social e Implementação de Conselhos Municipais de Direitos Humanos; Segurança Pública versus Segurança Cidadã; Igualdade Como Forma de Promoção da Justiça; Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.



Defensora Maria Auxiliadora, Nilmário Miranda (secretário de Estado de Direitos Humanos), e a defensora Maria da Consolação de Souza



As defensoras públicas Miriam Aguiar (Vara das Execuções Criminais), Maria da Consolação de Souza e Paula (Curadoria das Varas de Sucessões da capital) e Maria Auxiliadora Viana (DPDH)

## Defensora pública é coautora do livro ‘Temas de Direito Penal Ambiental I’

No dia 09.11, na Livraria Leitura do BH Shopping, foi lançado o livro “Temas de Direito Penal Ambiental I” organizado pelo promotor de Justiça e professor, Luiz Gustavo G. Ribeiro.

A chefe de gabinete, Marina Lage Pessoa da Costa, é uma das autoras da publicação, com o artigo “O meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem jurídico penal tutelado pelo mandamento constitucional: o exemplo do incêndio em tanques de combustíveis em Santos/SP.”





## Defensoria Pública participa de audiência que discutiu implantação de Apac em Ipatinga

O coordenador Regional do Vale do Aço, Vinícius Paulo Mesquita, representou a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, na audiência pública promovida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio do Programa Novos Rumos, para debater a implantação da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) em Ipatinga.

No encontro, realizado no dia 09.11.2015, na Faculdade de Direito de Ipatinga, representantes da Prefeitura anunciaram a aprovação de projeto de lei de doação do terreno, onde será construída a Apac.

Participaram da audiência representantes da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (Fbac), do Ministério Público, da Defensoria Pública, do TJMG, da prefeitura de Ipatinga, da Câmara Municipal, das Polícias Civil e Militar e do Conselho da Comunidade.



Encontro debateu o modelo APAC e sua instalação na cidade de Ipatinga

## Coordenador da Desits Criminal participa de reunião no STJ

O coordenador da Defensoria Pública de 2ª Instância Criminal, defensor público, Fabiano Torres Bastos, participou, no dia 09 de novembro, no Conselho da Justiça Federal, de reunião com os ministros da 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Foram convidadas as Defensorias que possuem, junto ao STJ, o maior acervo processual na esfera criminal. Presentes, também, defensores públicos de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e da Defensoria Pública da União.

A reunião foi presidida pelo presidente da 3ª Seção, ministro Sebastião Reis, com a finalidade de

traçar estratégias para otimizar a atuação junto aos Tribunais Superiores. Neste encontro, constatou-se a imprescindibilidade da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais encaminhar representante a Brasília, para atuação nos processos criminais. Das Defensorias presentes, apenas a de Minas Gerais não possui representação na capital Federal.

Ficou acordada, ainda, uma visita do ministro Sebastião Reis à Minas Gerais para reunir-se com a Defensoria Geral, a fim de discutir a respeito da instalação de representação da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais em Brasília.





## Novos critérios para matrículas em creches em Uberlândia

A cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, tem novas regras para a admissão de crianças nas creches municipais. Os novos requisitos entraram em vigor depois de audiência pública realizada pela Defensoria Pública, que resultou em uma instrução normativa estabelecendo as novas regras.

Os defensores públicos Valéria Gomes Muniz e Clayton Barbosa, ambos em atuação em Uberlândia, falaram sobre o assunto em entrevista à TV Paranaíba e ao *Correio de Uberlândia*.



**Clique nos links para ver as entrevistas:**

[TV Paranaíba](#)

[Correio de Uberlândia](#)

O defensor público em atuação em Uberlândia, Clayton Barbosa, e a defensora Valéria Gomes Muniz, concederam entrevistas em Uberlândia

## Novos integrantes na Assessoria Militar

No dia 10 de novembro, o ten. cel. Westerson Guimarães Pinto assumiu a chefia da Assessoria Militar na Defensoria Pública. Passa a integrar, também, a equipe da Assessoria Militar, o sargento PM Miguel Pinto da Vitória.

Com 28 anos de corporação, o ten. cel Westerson estava lotado na Auditoria Setorial da PMMG e no Hospital da Polícia Militar, onde atuou com administrador geral por um ano e meio.

Com experiência em gestão de pessoas, processos internos e logística, o ten. cel. Westerson, por meio da Assessoria Militar, espera contribuir com a DPMG, atuando como um facilitador dos processos de interação e integração da Defensoria Pública com os outros órgãos do sistema de Defesa Social e de Justiça.



Cel. Márvio Cristo Moreira, assessora institucional da PMMG, defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard e o novo assessor Militar da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães Pinto



## Visitas à Defensoria Pública-Geral



**Execuções Penais** – No dia 03.11.2015, a defensora pública em atuação no núcleo de Execuções Penais, Alessa Pagan Veiga, fez uma visita de cortesia à defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard. A defensora pública, que também é membro da Comissão Especializada em Execução Penal do Condege, foi recebida ainda pelos assessores institucionais Nikolas Macedo Katopodis, Gério Patrocínio Soares e João Paulo Tôres Dias.



**Regional Metropolitana** – A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu, no dia 06.11, a visita da coordenadora da Regional Metropolitana, Cibele Cristina Maffia Lopes. Durante o encontro, foram tratados assuntos institucionais relativos às comarcas que compõem a regional.



# CASAMENTO COMUNITÁRIO

**Serão realizados até 1000  
casamentos simultâneos!**

**Inscrições gratuitas**  
Até o dia 19 de outubro de 2015  
Das 9 às 16 horas  
Local: Defensoria Pública de Minas Gerais  
Unidade II  
Rua Bernardo Guimarães, 2731  
Bairro Santo Agostinho - BH/MG



**Cerimônia**  
Dia 11 de dezembro de 2015

**Apoio:**  
Corregedoria de Justiça do Estado de Minas Gerais  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Cartórios de Registro Civil do Município de Belo Horizonte  
Recivil (Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais)  
Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais - ADEP-MG  
Artes em Vídeo Filmes

# Novembro Azul

A Defensoria Pública apoia a campanha de prevenção ao **câncer de próstata**

BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional  
Apoio: Assessoria de Comunicação. Diagramação: Comunicação Visual



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Unidade I BH – Rua Bernardo Guimarães, 2.640 – Santo Agostinho  
[www.defensoria.mg.gov.br](http://www.defensoria.mg.gov.br)